

**ARGUMENTAÇÃO, LIVRO DIDÁTICO E BNCC:
UMA PROPOSTA DE ANÁLISE**

João Paulo Bulhões e Mattos (UERJ)
jpbmattos1@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar no livro didático utilizado no segundo distrito de Cabo Frio – o livro da coleção Geração Alpha – as propostas de atividades existentes nos capítulos que tratam exclusivamente da argumentação e observar a sua adequação com relação às orientações da Base Nacional Comum Curricular. Será feito um estudo de natureza qualitativa de material didático usado na rede municipal de Cabo Frio. A escola em que o livro didático é utilizado está localizada na região dos Lagos no Estado do Rio de Janeiro e atende ao segundo segmento do ensino fundamental. O foco da pesquisa incide sobre o ensino da argumentação nos livros do 8º e do 9º ano relacionando as atividades propostas à Base Nacional Comum Curricular. A pesquisa toma como aporte teórico a perspectiva bakhtiniana nos estudos da língua e discurso, pautado nos trabalhos de Goulart (2007; 2010; 2016), Bakhtin (1988; 1993; 2003) e Aquino (2018), Azevedo (2017), a partir do qual será realizada a análise das atividades e do modo como os gêneros discursivos estão presentes nelas, e as pesquisas de Linguística Aplicada sobre ensino de língua, principalmente o trabalho, Geraldi (2013).

Palavras-chave:

Argumentação. BNCC. Gêneros discursivos.

ABSTRACT

The present work aims to analyze in the textbook used in the second district of Cabo Frio – the book of the Generation Alpha collection – the proposals for activities existing in the chapters that deal exclusively with argumentation and to observe their adequacy about the guidelines of the Common National Curriculum Base. A qualitative study of teaching material used in the municipal network of Cabo Frio will be carried out. The school where the textbook is used is located in the Lagos region in the State of Rio de Janeiro and serves the second segment of elementary school. The focus of the research is on the teaching of argumentation in the 8th and 9th-grade books, relating the activities proposed to the Common National Curriculum Base. The research takes as theoretical support the Bakhtinian perspective in language and discourse studies, based on the works of Goulart (2007; 2010; 2016), Bakhtin (1988; 1993; 2003) and Aquino (2018), Azevedo (2017), from which the analysis of the activities and how the discursive genres are present in them will be carried out, and the researches of Applied Linguistics about language teaching, mainly the work of Geraldi (2013).

Keywords:

Argumentation. BNCC. Discourse genres.

1. Introdução

A argumentação é o objeto de estudo de diversas áreas no campo de estudos linguísticos como a Retórica, Pragmática entre outros. Este estudo partiu dos pressupostos da Linguística Aplicada com o suporte teórico de autores como Moita Lopes (1996), Geraldi (2011; 2013) articulado com a concepção de linguagem do círculo bakhtiniano, bem como os estudos de Goulart (2016) e Aquino (2018).

Analizamos as propostas didáticas das atividades do material didático utilizado nos anos do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, em uma escola localizada no segundo distrito do município de Cabo Frio, Região dos Lagos, do Estado do Rio de Janeiro, no que concerne às atividades relacionadas ao desenvolvimento da competência argumentativa – entendida aqui como capacidade de compreender e produzir diferentes posicionamentos e pontos de vista, embora por questão de recorte da pesquisa, focamos nas unidades do livro didático que trabalharam gêneros prototípicos da argumentação.

A competência argumentativa tem por objetivo formar alunos na condição de cidadãos críticos em relação a questões do mundo contemporâneo, utilizando-se das diversas linguagens para que eles possam defender seus pontos de vista, respeitando o outro e promovendo os direitos humanos. A BNCC veio a reforçar o ensino escolar com o desenvolvimento da competência argumentativa durante os anos escolares.

A questão de pesquisa que partimos para nossas reflexões é: “Como o ensino da argumentação foi abordado nas propostas do livro didático e se atendeu a BNCC?”. Para tanto temos o objetivo geral Analisar o material didático do componente curricular de Língua Portuguesa Geração Alpha da Editora SM para observar o ensino da argumentação em diferentes atividades propostas e os objetivos específicos são:

- Analisar nas propostas, os temas apresentados para o desenvolvimento da competência argumentativa; verificar de que modo as atividades se voltam para o desenvolvimento da competência argumentativa na modalidade oral ou escrita;
- Identificar nas atividades presentes no livro didático, de que modo elas se relacionam com as propostas que a BNCC apresenta para o ensino da argumentação.

A proposta da pesquisa se justifica por entendermos ser de fundamental importância aprofundar o conhecimento sobre a apropriação

dos modos de argumentar no ambiente escolar. Com estas palavras iniciais, pretendemos expor a base teórica que respalda nosso estudo.

2. Fundamentação Teórica

Para expor nossos pressupostos teóricos, dividimos para efeitos didáticos em três pontos os eixos de pesquisa. O primeiro eixo da pesquisa destaca o ensino da argumentação como uma importante competência para a formação do aluno. A argumentação está presente nas mais diversas esferas da vida do homem e podemos encontrá-las em situações do dia a dia. Alguns dos pesquisadores como Leitão (2011) e Goulart (2007) refletem sobre a argumentação em situações de ensino-aprendizagem. Muito desse interesse reflete-se na importância da argumentação como forma de interação entre professores e alunos, entre alunos e os textos e como constituinte responsável por processos de construção de conhecimento a partir de situações que envolvem a expressão de pontos de vista.

Para Goulart (2007), argumentar é um princípio da linguagem, pois, na perspectiva bakhtiniana assumida, a língua é dialógica. Embora Bakhtin, na construção de sua teoria de linguagem, não trate explicitamente de enunciações argumentativas, a autora defende a concepção de que em toda enunciação está implicada a argumentação, o ato de argumentar, baseando-se nas seguintes premissas:

- (1) A argumentatividade da linguagem é inerente ao princípio dialógico, já que todo enunciado é produzido intencionalmente na direção do Outro, no movimento da interminável cadeia de enunciações. (2) Enunciar é agir sobre o Outro, isto é, enunciar extrapola a idéia de compreender e responder enunciados. (GOULART, 2007, p. 93-4)

Enunciar então promove uma (inter)ação com e sobre o outro no discurso, logo compreendemos a argumentação como uma estratégia cognitiva e interacional, ou seja, o processo enunciativo. Já a argumentatividade seria uma propriedade que se faz presente no ato enunciativo. Então há uma distinção entre os conceitos, mas para efeito de definição, a argumentatividade está contida na argumentação.

Leitão (2011) aponta o grande interesse acadêmico demonstrado sobre a argumentação que visa compreender o papel específico que possui no desempenho desta tipologia no contexto escolar e como pode ser abordada de forma criativa e apropriada no contexto de ensino-aprendizagem. A autora comenta:

Ao engajar-se em argumentação o indivíduo é levado a formular claramente seus pontos de vista e fundamentá-los mediante a apresentação de razões que sejam aceitáveis a interlocutores críticos. Mais que isso. Uma vez que o argumentar só se faz pertinente em situações em que pontos de vista divergentes em relação a um tema são (ou poderiam ser) considerados, espera-se ainda de quem argumenta disposição e capacidade de considerar e responder a dúvidas, objeções e pontos de vista contrários às suas próprias posições (referidos doravante como contra-argumentos). (LEITÃO, 2011, p. 15)

O tema da argumentação é encarado pela autora como uma atividade que demanda competências cognitivo-discursivas tais como a identificação, produção e avaliação de argumentos, que devem ser desenvolvidas e adquiridas por meio de práticas específicas dentro do contexto educacional. De acordo com esta perspectiva, o aluno desenvolve a habilidade argumentativa ao longo de um percurso pedagógico – desde o início da Educação Básica até o Ensino Médio.

A argumentação aparece, pois, em situações discursivas em que mais de uma alternativa de ação (raciocínios práticos) ou mais de um ponto de vista sobre um tópico (raciocínios teóricos) são ou podem ser levados em consideração. Vale ressaltar que a oposição entre os pontos de vista é condição necessária para que a argumentação se manifeste. Em situações de ensino-aprendizagem pode-se falar em oposição – ou divergência – sempre que mais de um ponto de vista exista em relação a um tópico ou assunto, seja este tópico concebido como conceitos a serem compreendidos ou procedimentos a serem adquiridos (Cf. LEITÃO, 2011).

Três fatores estão envolvidos no trabalho com a argumentação: (i) o papel que a oposição exerce na argumentação – e, por conseguinte, na formação do pensamento reflexivo e na construção do conhecimento; (ii) a natureza dos mecanismos de construção do conhecimento/reflexão que operam na argumentação; e-(iii) os diferentes resultados a que a argumentação pode levar (quando considerado o ponto de vista inicialmente defendido) (Cf. LEITÃO, 2011).

Segundo a autora, “Embora a argumentação mais comum ocorra entre dois ou até mais indivíduos que divergem quanto a um tema, as relações interpessoais não são o único contexto discursivo em que a argumentação ocorre” (LEITÃO, 2011, p. 19) e visões divergentes podem ser expostas no debate – e frequentemente o são – por um indivíduo. Episódios dessa natureza podem ser observados não só em situações solitárias de produção discursiva, como ocorre comumente na escrita e no discurso interior – eventos denominados de processos de auto-argumentação e

responsáveis pelo pensamento crítico e reflexivo –, mas também, em situações que podem ocorrer na interação direta com outros, sempre que um dos participantes antecipar e responder – ele próprio – a dúvidas e contra-argumentos em relação aos pontos de vista que defende. Esse posicionamento é esperado do participante quando em uma interação dialógica.

Tanto na vida cotidiana como na escola, a argumentação faz parte da atividade enunciativa, como já afirmamos anteriormente, e a escola deve desenvolver estas competências naturais nos alunos. As atividades podem ser exploradas tanto na modalidade falada como também na escrita, de forma que o professor sistematize as ações em que a argumentação se fizer notar com mais propriedade.

Assim, de acordo com o que foi exposto até aqui, podemos afirmar que, independente do contexto discursivo, a argumentação fará parte de uma espécie de “negociação” entre duas partes (não necessariamente dois indivíduos) que divergem (ou não) em relação a um tópico discutido e assumem seus papéis em relação aos pontos de vista e considerações apresentados.

Argumentar é propor uma reflexão em que os alunos reorganizem seus argumentos com o objetivo de que seu ponto de vista tenha possibilidade de ser sustentável em suas atividades. O estudante utiliza recursos para dar crédito ao que ele defende e desestabilizar o contra-argumento.

O segundo pilar que gostaríamos de destacar é a Base Nacional. Nos PCNs (1998) já tínhamos um destaque para a competência da argumentação, que foi consolidada com a BNCC (2017).

A Base Nacional Comum Curricular é um documento oficial do MEC criado pelo governo para orientar as etapas de ensino na Educação Básica, conforme previsto na lei 9394/1996 (LDB), que define que a Base deve ter por meta nortear os currículos, bem como propostas pedagógicas para serem aplicadas nas escolas de todo o país.

Com esse objetivo, a Base contém um conjunto de competências e habilidades para cada área do saber/conhecimento, que deverão ser desenvolvidos nos alunos durante o processo de ensino, com o objetivo de incitar a formação de jovens que possam contribuir com a justiça, democracia e inclusão na sociedade.

A BNCC propõe que o texto seja o elemento central da metodologia de ensino, em diálogo com os PCNs, que tinham por objetivo a ênfase da leitura no processo de ensino e aprendizagem, portanto o texto assume a

centralidade no componente curricular de língua portuguesa fazendo das práticas de leitura e escrita contextualizada o viés mais importante, conforme o trecho a seguir destaca. Tal proposta assume a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses. (BRASIL, 2017, p. 67)

De acordo com este ponto de vista, a Base destaca que é importante promover no aluno o desenvolvimento da argumentação por meio dos textos para que os alunos possam “aprender a debater ideias, considerando posições e argumentos contrários” (BNCC, 2017, p. 69).

Para a BNCC, a área de linguagens considera que as atividades humanas ocorrem por meio de práticas sociais, que têm as linguagens como mediadoras das interações entre os sujeitos sociais. Essas interações estão imbuídas de “conhecimentos, atitudes e valores culturais, morais e éticos” (BNCC, 2020, p. 63).

Nos anos finais, que é o foco do presente estudo, os alunos ampliam as práticas de linguagem já desenvolvidas nos anos iniciais, ocorrendo a diversificação dos contextos que permitirão que sejam aprofundadas as práticas de linguagem no âmbito linguístico que constituem a vida social.

A concepção de ensino de língua materna que estamos tomando como ponto de partida neste trabalho tem o foco no uso reflexivo da língua partindo do ponto de vista discursivo e pragmático. Novos estudos no campo da Linguística, como os estudos da Linguística Aplicada e das contribuições de pesquisadores que valorizam a aprendizagem significativa pautada no saber do aluno como a melhor estratégia para o trabalho com a língua(gem) a partir de diversas situações de comunicação.

O componente curricular da língua portuguesa para os anos finais do ensino fundamental propõe experiências que contribuem significativamente para o letramento de maneira que possibilite uma participação crítica em diversas atividades e práticas sociais permeadas pela oralidade, pela escrita e também por outras linguagens.

Ao tratar deste componente curricular, a BNCC diversifica e amplia o contato dos estudantes com os gêneros discursivos, os textos partem das práticas de linguagem que os alunos já vivenciaram no segmento dos anos iniciais para que deste modo possam ter novas experiências (Cf. BNCC, 2018), em outras palavras, os gêneros discursivos que serão pro-

postos já são conhecidos dos alunos desde o primeiro segmento e são re-introduzidos com mais profundidade para que os alunos ganhem maior familiaridade com os mesmos.

A diretriz da Base Nacional é que o ensino de língua materna deva ser orientado no sentido de contemplar o uso da linguagem adequada às inúmeras situações comunicativas. Essa concepção de língua(gem) seria compatível com as propostas do Círculo de Bakhtin, que propõe que a língua se desenvolve num processo empírico do homem com o mundo em que vive em um processo de interação. A linguagem é concebida como atividade social dentro de contextos específicos de usos. Portanto percebe-se que o uso social dentro de uma dada comunidade de prática é o embrião da compreensão da linguagem como recurso comunicativo para o homem (Cf. VOLOCHINOV, 2013).

Abordaremos com mais detalhes no próximo eixo, a concepção de linguagem adotada pela BNCC. A Concepção de linguagem adotada na pesquisa é a discursivo-enunciativo, respaldada pelo círculo de Bakhtin, também foi assumida pela BNCC.

De acordo com esta concepção, a linguagem é concebida como atividade social dentro de contextos específicos de usos. De acordo com a perspectiva discursiva da linguagem, segundo o círculo bakhtiniano, o homem se constitui com e pela linguagem e ele mesmo é produto das relações sociais materializadas nos enunciados.

Para Bakhtin (2003), todas as esferas das atividades humanas ancoram-se em domínios ideológicos que se manifestam em enunciados relativamente estáveis, chamados gêneros do discurso. Os gêneros do discurso e suas muitas variedades são sócio-historicamente constituídas:

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua. A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. (BAKHTIN, 2003, p. 261)

O filósofo entende que são múltiplas as possibilidades de atividade humana, cabendo aos falantes a possibilidade de ampliação ou modificação à medida que as esferas se tornam mais e mais complexas. À luz do pensamento bakhtiniano, compreende-se que o gênero discursivo possui uma estabilidade que o identifica, contudo, também sujeita a flutuações e mudanças.

Bakhtin (2003) compreende que a depender da situação de comunicação e da complexidade dos gêneros, estes podem ser categorizados em primários, mais imediatos, ou secundários, mais complexos. Seguindo essa perspectiva, os gêneros constituem-se por conteúdos temáticos, estrutura composicional e estilo. Esses elementos se unem no enunciado e todos possuem a mesma especificidade de uma esfera de comunicação, conforme Bakhtin afirma (2003).

É importante salientar que antes da BNCC (2017), os PCNs (1998) já mencionavam a abordagem da língua a partir dos gêneros discursivos e esta perspectiva foi mantida pela BNCC, conforme se observa abaixo:

A proposta assume a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses. (BRASIL, 2020, p. 67)

Articulando a concepção da linguagem adotada pela Base, que mantém a perspectiva dos PCNs, a argumentação ganha destaque como uma das competências (sexta competência) que deve ser trabalhada durante a Educação Básica. Em contexto escolar é esperado que os alunos se deparem com diferentes pontos de vista e posicionem-se criticamente.

O aluno deve ser capaz de argumentar reflexivamente e assumindo um ponto de vista próprio e desta forma a atuação dos docentes deverá ser de fazer os estudantes buscarem no discurso argumentativo recursos para refutar ou defender um argumento e também desenvolver habilidades específicas para explorar a argumentação.

Aquino (2018) professa um ensino da língua, como Geraldini (2017), que promova uma reflexão crítica com concordância e discordância, e também com destaque para a interação social entre os usuários da língua, que no contexto da sala de aula ocorreria num debate, na leitura de um artigo de opinião entre outros. De acordo com Geraldini (2017), o ensino da linguagem deve ser mais do que o ensino gramatical, ele afirma que

Se entendermos a linguagem como mero código e a compreensão como decodificação mecânica, a reflexão pode ser dispensada; se a entendermos como uma sistematização aberta de recursos expressivos cuja concretude significativa se dá na singularidade dos acontecimentos interativos, a compreensão já não é mera decodificação e a reflexão sobre os próprios

recursos utilizados é uma constante em cada processo. (GERALDI, 2017, p. 18)

Esta visão sobre a linguagem é importante para que o ensino seja reflexivo no sentido de não ser reprodução de regras gramaticais, portanto oposta à normatização escolar, sendo mais autônomo para os professores e alunos, que pode gerar uma aula criativa. Este olhar se desvia de um conceito neoliberal de produção e uso da tecnologia, que podem surgir.

Aquino (2018) afirma que “um ensino de argumentação significativo é aquele que parte da vivência dos discentes em decorrência de uma problemática que possa impulsionar a discussão de pontos de vista contraditórios e plausíveis por meio da interação” (p. 70). Ou seja, a interação social, é a participação dos alunos nas discussões que envolvam a oralidade.

O ensino da argumentação na aula de LP (Língua Portuguesa) representa a chance aos alunos de promover a defesa de opiniões, o que culmina, segundo Aquino (2018), na luta, mudança e transformação social. A prática da argumentação resultará em mecanismos para que os alunos atuem de modo crítico na sociedade e, assim, possam propor mudanças. Resulta com maior qualidade nas relações sociais, tendo em vista que algumas relações de comunicação ocorrem além dos muros da escola, obrigando-os a fundamentar negociações.

Alinhamo-nos com esse ponto de vista que argumentar é necessário para a vida em sociedade. De forma que o ensino da argumentação deve originar-se de situações vivenciáveis e que provoquem nos alunos o uso da argumentação na resolução de conflitos e participação crítica de discussões.

3. Metodologia

A pesquisa tem por objetivo analisar as propostas feitas pelo livro didático, que, neste caso, enfatiza o livro didático do oitavo e do novo ano dos anos finais do ensino fundamental da editora SM – Geração Alpha – em associação às habilidades propostas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no que concerne ao ensino da argumentação nas referidas séries.

A pesquisa tem cunho documental, segundo Cellard (2012), que permite investigar a dimensão temporal para compreender a social. De acordo com o mesmo autor, do ponto de vista metodológico, a análise de

documentos apresenta vantagens significativas, por tratar-se de uma coleção de dados que pode gerar um novo olhar sobre o tema em questão.

A natureza qualitativa desta pesquisa parte de uma análise interpretativista das atividades propostas nas unidades do livro didático, orientadas para o ensino da argumentação, considerando aspectos que compõem as situações preparadas para a aprendizagem dos alunos. De acordo com André (2005a), a pesquisa qualitativa é pautada em aspectos subjetivos do comportamento humano, o que torna de fundamental importância em que o sentido ganha destaque, uma vez que as experiências vividas pelos sujeitos constituem matéria-prima para a análise (BERGER; LUCKMANN, 1985 *apud* ANDRÉ, 2005a).

Gostaria de chamar a atenção para o fato de a pesquisa ter feito articulação com o contexto social da escola em que o livro é utilizado em Cabo Frio. Para este artigo não me deterei nesta contextualização local. Sigamos para a próxima seção que avalia os resultados observados nas atividades.

4. Resultado

A análise das propostas e sua articulação com as habilidades que tratavam sobre a argumentação e foi feito um recorte no livro sobre as atividades que trazem em si uma reflexão sobre o aporte teórico da pesquisa e o que será proposto aos alunos.

A proposta de atividade preocupou-se com o aprofundamento do ensino da argumentação com a necessidade de alguma intervenção do professor. Observamos também que os recursos persuasivos vêm sendo citados e abordados desde o livro do 8º ano, mas ganha força no livro do 9º ano. Destacamos alguns pontos que consideramos importantes na análise do livro didático:

- Não articulou nas unidades do 9º ano à parte de análise linguística com o gênero discursivo.
- Apesar da falta de correlação da gramática com o ensino da argumentação, sugerimos que o professor deve enriquecer esta articulação.
- Não é nossa intenção propor fórmulas prontas.
- O docente é o potencializador das atividades propostas pelo material didático.

- Cabe ao docente adequar o material a realidade na qual ele e os seus alunos estão inseridos e propor atividades que conversem com a realidade dos alunos.

5. *Considerações finais*

Desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e agora com a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o ensino da argumentação ganhou uma projeção nas aulas de língua materna nas escolas de todo o país. Os manuais pretendem formar cidadãos críticos e competentes para defender pontos de vista e discutir ideias, em suas interações sociais.

A presente pesquisa analisou as atividades que abordavam a argumentação no material didático da Editora SM na coleção Geração Alpha, que foi aprovado e escolhido para a rede de Cabo Frio no ano de 2019. Para verificar as atividades com relação ao estudo proposto e sua articulação com a Base e os pressupostos teóricos assumidos por nós e pelos autores do livro, analisamos as atividades que tratavam especificamente da argumentação em uma unidade do livro do 8º ano e em duas unidades do 9º ano, ambas com foco em gêneros discursivos (artigo de opinião, resenha crítica e anúncio publicitário, respectivamente) em que a tipologia textual argumentação prevalecia.

O viés discursivo adotado na pesquisa foi o do círculo de Bakhtin, com o intuito de respaldar a visão enunciativo-discursiva adotada, assumimos com Geraldi (2011) a concepção de que para ensinar a língua materna é fundamental estudar e considerar as relações que constituem os sujeitos no seu momento de interação social e não enfatizar a preocupação do ensino classificatório e metalinguístico. O autor advoga um ensino reflexivo da língua levando em consideração os sujeitos e suas interações linguísticas, bem como seus contextos sociais.

Com essas premissas delineadas, o viés discursivo de Bakhtin e o ensino da língua proposto por Geraldi (1999; 2013) para formação de cidadão críticos como almeja a BNCC, começamos a pensar em como as atividades que trabalhavam a argumentação foi proposta para verificar se realmente ela atingia o objetivo de formar cidadãos críticos, capazes de opinar em nossa sociedade e defender seus pontos de vista com propriedade nas relações que eles estabeleciam com outros sujeitos falantes de sua língua materna.

A argumentação é alvo de estudos desde a época clássica, com a retórica, como Fiorin (2014) destaca, mas foi com o PCN e agora com a BNCC que o ensino da argumentação ganha um relevante destaque nas competências e habilidades na educação brasileira. Pensamos durante a pesquisa, quais as estratégias argumentativas promoveriam a defesa de pontos de vista ou a controvérsia, com a intenção de promover alunos que sejam capazes de refletir sobre seus posicionamentos e defendê-los se for necessário.

Desta forma, analisamos as atividades do livro *Geração Alpha* de língua portuguesa da Editora SM, com recorte específico nos anos finais (8º e 9º anos). A coleção divide as unidades em vários gêneros discursivos e nos debruçamos sobre gênero artigo de opinião no 8º ano, a resenha crítica de filmes e textos e a campanha publicitária no 9º ano. Os autores filiaram-se a concepção de linguagem da BNCC.

Sabemos que o ensino e aprendizagem de uma língua têm muitas nuances de análise e sem a pretensão de esgotá-las, fizemos um recorte das atividades que tratavam sobre a argumentação e como o material didático foi articulando o gênero discursivo às propostas da Base e do círculo bakhtiniano. Constatamos que o ensino de um gênero do discurso precisa ser bem aprofundado para que possamos oportunizar aos alunos que eles sejam capazes de usar a língua com reflexão e profundidade e não meramente reprodutores de nomenclaturas sintáticas.

Geraldi (2013) afirma que o ensino da língua deve ser epilinguístico, ou seja, parta de uma reflexão robusta da língua a partir dos textos. Assim, no livro do 8º ano, pareceu-nos muito limitado ao ensino com um único texto para que os alunos fizessem todas as inferências e reflexões na língua e sugerimos que os professores enriqueçam a questão com textos autênticos, mantendo a proposta com leitura de textos autênticos dentro do mesmo gênero discursivo para que os estudantes pudessem ter uma ampla e variada exposição aos textos para uma melhor captação da estrutura do gênero.

Na parte da análise linguística que trata especificamente da gramática, averiguamos que no livro do 8º ano foi pautado com destaque para o ensino metalinguístico, portanto meramente classificatório, criticada por Geraldi (2013) e Aquino (2018) reiteram que o ensino deva ser contextualizado com textos de ampla circulação e que promovendo a construção de sentidos, os alunos consigam entender a questão semântica relacionada às orações para assim fazer a classificação linguística, mas partindo de uma reflexão conjunta do professor com o aluno, sem pretender

reproduzir respostas prontas, mas sim abrindo um leque para a reflexão crítica do aluno.

Já no livro do 9º ano, a mesma proposta de análise com um único texto foi mantida, e como já posicionado anteriormente, a nossa opinião é contrária à proposta da editora SM nos livros didáticos do 8º e 9º ano. O ensino de um aspecto gramatical deve partir do texto e chegar ao texto, perpassando pelo ensino da gramática. O professor pode e deve instigar seus alunos com mais textos, lembrando o que Geraldi (2013) afirma sobre o livro didático como um meio para o trabalho pedagógico e não um fim, logo cabe ao docente refletir sobre o conteúdo, pensando no perfil da turma que lhe foi confiada e assim ele poder propor a melhor estratégia metodológica para seus alunos.

No livro final do ensino fundamental, é esperado que o aluno recupere os conceitos da argumentação e aprofunde com leituras mais desafiadoras. A proposta dos autores do livro didático foi um trabalho de inferência e reflexão sobre o texto multissemiótico e a passagem para a parte gramatical, que no livro do 8º ano tem correlação com os aspectos gramaticais com os textos abordados, não ocorre no livro do 9º ano, resultando em um ensino gramatical metalinguístico, proposta combatida por Azevedo (2018) e Geraldi (2013) e que se distancia do que está na afiliação teórica da editora.

Nossa proposta procurou trazer uma contribuição para as pesquisas na área, com a ideia de impactar positivamente o ensino nas escolas públicas no nosso país e formar cidadãos críticos e que sejam competentes em defender suas opiniões com ética e respeito pela opinião do outro, assim como a argumentação propõe. Desta maneira, contribuímos com uma escola pública de qualidade, fazendo o sonho do professor Geraldi tornar-se uma realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Jaciara Limeira de. Ensino de argumentação em eventos de letramento. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. 214f.

AZEVEDO, I. C. M. DE; PEREIRA, J. J. S. Concepções teórico-práticas que fundamentam as práticas de professores voltadas ao ensino da argumentação. In: 11º Encontro Internacional de Formação de Professores –

12º Fórum Permanente de Inovação Educacional, 2018, Aracaju. Anais 2018 – 11º Enfoque 12º Fopie. A formação ética, estética e política do professor de Educação Básica. Aracaju: UNIT, v. 11. p. 1-17. 2018.

BAKHTIN, M. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Trad. de Aurora F. Bernardini *et al.* 3. ed. São Paulo: Hucitec; UNESP, 1993.

_____. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Trad. de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec; UNESP, 1988.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação infantil e ensino fundamental*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EL_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 19 de junho de 2019.

GERALDI, J. W. *Portos de passagem*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

GOULART, C. M. A. Argumentação e aprendizagem escrita na escola. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, EID&A. p. 53-63, 2016.

GOULART, C. M. A. Enunciar é argumentar: analisando um episódio de uma aula de História com base em Bakhtin. *Revista Pro-Posições*, v. 18, n. 3 (54), p. 93-107, set./dez. 2007.

LEITÃO, S. DAMIANOVIC, M. C. (Org.). *Argumentação na escola: o conhecimento em construção*. 1. ed. Campinas: Pontes, 2011.

MOITA LOPES, L P. *Oficina da linguística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 1996.

VOLOCHINOV, V. N. *A construção da enunciação e outros ensaios*. São Carlos: Pedro e João editores, 2013. p. 131-56

WILSON, Victoria. *Uma proposta de análise discursiva: reportagens*. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional – Produção de textos / aulas). 2012.

Outra fonte:

O QUE é a geração alfa, a primeira a ser 100% digital. *GI – Globo*, 29 de maio de 2019. Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/05/29/o-que-e-a-geracao-alfa-a-1-a-a-ser-100-digital.ghtml>. Acesso em 24 de jun. de 2021.